EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS DO PT: entre a mercantilização e a precarização

Raí Vieira Soares¹
Aline Mota Farias²
Kivya Costa Ribeiro³
Raíra Raquel dos Santos Alecrim⁴

RESUMO

O presente artigo faz uma abordagem sobre a educação superior, considerando as implicações do neoliberalismo na educação e, em particular, nas ações desenvolvidas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua articulação com as orientações do Banco Mundial no campo da educação superior. Tem como objetivo fazer uma reflexão crítica acerca dos programas e ações desenvolvidas no período em questão, pois a educação superior tem sido alvo de precarização, privatização e sucateamento. Para tanto, se utiliza de pesquisa bibliográfica e documental, a partir de dados disponibilizados pelo INEP. Por fim, percebemos que o processo de mercantilização tem impactado a educação enquanto política pública, deixando de ser considerada direito e transformada em mercadoria.

Palavras-chave: Educação superior. Mercantilização. Precarização.

ABSTRACT

This article approaches higher education, considering the implications of neoliberalism in education and, in particular, in the actions developed in the Workers' Party (PT) governments and its articulation with the World Bank guidelines in the field of higher education. Its objective is to critically reflect on the programs and actions developed in the period in question, as higher education has been the target of precariousness, privatization and scrapping. For this purpose, bibliographic and documentary research is used, based on data provided by INEP. Finally, we realize that the process of commodification has impacted education as a public policy, no longer considered a right and transformed into a commodity.

Keywords: College education. Commodification. Precariousness.

⁴ Graduanda em Serviço Social na UFT campus Miracema; E-mail: rraquelalecrim@gmail.com

















¹ Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus Miracema; Mestre; E-mail: <u>raivieira@mail.uft.edu.br</u>

² Graduanda em Serviço Social na UFT campus Miracema; E-mail: aline.mota@mail.uft.edu.br

³ Graduanda em Serviço Social na UFT campus Miracema; E-mail: kivya.ribeiro@mail.uft.edu.br



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apontar uma análise crítica sobre a política de educação superior e suas configurações assumidas no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e suas articulações com o neoliberalismo. Para tanto, analisamos desde as políticas promovidas pelo Banco Mundial (BM) na década de 1990, que se vinculavam às ideias neoliberais e que estão vigorando até os dias atuais, resguardando as particularidades de cada governo e período. Este artigo é resultado dos debates e achados iniciais de pesquisa bibliográfica e documental sobre a educação superior nos governos petistas que compõe o Projeto de Iniciação Científica "Educação Superior no Brasil: tendências e desafios na contemporaneidade" do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS) vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Partimos do entendimento de que a política de educação superior enfrenta muitos desafios na cena contemporânea, porém, muitos destes desafios não são novos, mas apenas se aprofundam na presente conjuntura da realidade brasileira. Dentre os desafios, destacamos o projeto neoliberal de educação com suas iniciativas e tendências de privatização e mercantilização que atuam sobre a concepção de educação como direito. O nosso pressuposto é que as políticas preconizadas pelo Banco Mundial (BM), desde a década de 1990, foram operacionalizadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito educacional a partir de dois eixos: "diversificação das instituições de ensino superior (IES) e dos cursos e a diversificação de suas fontes de financiamento" (LIMA, 2011, p. 87), o que resultou num processo de mercantilização e precarização da educação superior.

Com a diversificação das instituições, houve o fomento e incentivo às instituições privadas, ou seja, instituições não-universitárias, sem a garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão. Já com a diversificação das fontes de financiamento, ocorreu o crescimento das parcerias público-privadas ou a orientação pela cobrança















de matrículas e mensalidades para estudantes, retirando essa responsabilidade do Estado. Esse processo de expansão da educação superior gerou contradições que são expressas nos movimentos de expansão, mercantilização, privatização e precarização. São sobre essas questões que pretendemos abordar, em linhas gerais, mas reafirmando a necessidade de lutas em defesa da educação e universidade públicas como estratégia de enfrentamento às tendências privatizantes na contemporaneidade.

2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Incialmente é importante situar, brevemente, os pressupostos históricos e teóricos do neoliberalismo antes de apontar as suas implicações na política de educação superior na cena contemporânea. O neoliberalismo nasceu após a Segunda Guerra Mundial na região da Europa e da América do Norte no contexto de desenvolvimento do capitalismo, trata-se de uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Essa perspectiva atua no sentido de enfraquecer o papel do Estado, em particular, sua participação na economia. Assume a defesa da mínima cobrança de impostos, bem como a privatização dos serviços públicos, entre outros. Com isso, entende-se o neoliberalismo como uma forma de "manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas" (ANDERSON, 2008, p. 2).

É importante destacar que o conceito de neoliberalismo não é dado por acabado e nem consensual, mesmo no interior na perspectiva histórico-crítica. Há distintas concepções teóricas diferentes em cada autor. Dito isto, destacamos reflexão:

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais (IANNI, 1998, p. 28).



PROMOTORES















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

É sob a ótica neoliberal que atravessa as relações sociais no capitalismo contemporâneo, inclusive, com implicações nas políticas públicas e sociais, a exemplo da política de educação superior. Assim, o Estado passa a atuar apenas como mediador das forças econômicas sem ter a obrigatoriedade de arcar com suas funções específicas voltado para garantir os direitos sociais dos cidadãos, como o direito à educação superior.

No que tange a educação superior, as políticas neoliberais atribuem um valor de mercado, ou seja, a transformam em mercadoria e nicho altamente lucrativo, em vez de tratá-la como um direito que todos os cidadãos deveriam ter acesso, sem distinção alguma. Nessa perspectiva, os indivíduos são formados para o mercado, isto é, a construção social de cada uma passa a ser distorcida, atendendo agora apenas às exigências e valores de mercado (PEREIRA, 2007). Nessa lógica neoliberal, o sistema de ensino superior se expande para o ensino privado mediante a criação de programas e bolsas de estudos para estudantes nas instituições privadas. Desse modo, viabilizando a transferência de parte significativa do fundo público às empresas privadas educacionais, configurando um forte mecanismo de acumulação capitalista. Por outro lado, há um processo de sucateamento e redução do orçamento público destinado às instituições de ensino superior públicas, com a finalidade de induzir as parcerias públicos-privadas e, consequentemente, a mercantilização do ensino superior (CHAVES, 2010). Esse movimento da política de educação superior no contexto do neoliberalismo assumiu contornos específicos nas acões dos governos do PT, como veremos a seguir.

3 PARTICULARIDADES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS DO PT

O ponto de partida da análise consiste no entendimento de que o neoliberalismo expresso nas políticas e diretrizes do BM, iniciadas no Brasil na década de 1990 tiveram continuidade nos governos do PT, impondo configurações à intervenção do Estado e às configurações das políticas sociais, entre elas, a política de educação superior. Com o neoliberalismo econômico e social, "grandes massas populares passaram a enxergar nele o poder dos bancos, os tratados de livre

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

comércio, as causas do desemprego ascendente, as expropriações violentas e do rápido empobrecimento da população" (LEHER, 2019, p. 59). Desta forma, não podemos desvincular a política de educação do neoliberalismo, uma vez que essa política social sofre os tensionamentos de um projeto que contribui para o agravamento das desigualdades sociais existentes através da reprodução da ideologia das classes dominantes.

Partindo desse entendimento, podemos dizer que o papel do Estado, enquanto executor de políticas públicas, foi reordenado no contexto do neoliberalismo e crise do capital, assumindo um lugar estratégico de favorecimento das necessidades do mercado na realidade brasileira. Nesse sentido, o Estado "consolidou um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a educação superior" (LIMA, 2011, p. 88).

No que se refere à educação superior nos governos do PT, já era previsto pelo BM uma intensa reformulação com ênfase na mercantilização e massificação do acesso ao ensino superior de forma precarizada. Essa reformulação ocorreu a partir uma forte intervenção estatal que implementou um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias que contribuíram para o fortalecimento do empresariado da educação superior e o processo de privatização da educação, abrindo espaço para expansão da modalidade do Ensino à Distância (EaD), tudo isso em consonância com as políticas do BM e reforçando as ideias neoliberais. Ou seja,

As receitas prescritas pelo Banco Mundial foram adotadas pelo Brasil com adaptações de acordo com a realidade e com os conflitos e correlações de forças locais no embate entre o projeto neoliberal hegemônico e o projeto dos sujeitos políticos organizados em defesa da universidade pública (CISLAGHI, 2019, p.144).

Nesse sentido, sob a influência das diretrizes do BM, o ensino superior passa a ser visto como uma mercadoria altamente lucrativa, bem como, tem como objetivo a ampliação e qualificação da força de trabalho para atender as demandas e necessidades do capital diante das transformações do capitalismo contemporâneo. Uma perspectiva de ensino voltada para os valores de competitividade, concorrência,















e, sobretudo, adequando-o conforme as mudanças do mercado (MOTA JÚNIOR, 2019).

De acordo com Soares (2020), algumas iniciativas na educação superior no período dos governos do PT, mesmo ganhando visibilidade, carregavam também grandes contradições. Isto é, de um lado, com a expansão e favorecimento do setor privado da educação, e, de outro, a precarização das instituições de educação superior pública. É o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esses programas dispõem de interesses lucrativos para as instituições privadas. Assim, ao passo que esses programas tem destinação para fins lucrativos beneficiando o empresariado da educação superior, trata a educação como uma mercadoria e nicho lucrativo para o capital.

Na educação superior pública destaca-se o REUNI, que tem como principal contradição uma expansão do acesso atravessada pela precarização. O REUNI foi criado via Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o intuito de ampliar o acesso e a permanência na educação superior e sua estrutura.

O segundo ciclo, no qual se insere o programa Reuni, refere-se, portanto, ao período de 2007 a 2012, no qual o foco foi a Expansão e Reestruturação. Nesse sentido, o Reuni foi criado por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Sua meta global era a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (LIMA; CUNHA, 2020, p. 08).

No que se refere ao FIES, Leher (1999) aponta que tal programa foi um dos motivos primordiais na elevação dos lucros do ensino privado, confirmando assim, a participação do Estado no beneficiamento da acumulação privada e, consequentemente, no impulsionamento na mercantilização do ensino superior. O programa possibilita que os estudantes de baixa renda possam realizar o financiamento dos estudos nas instituições privadas, mas, após concluir a graduação,

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

deve devolver a quantia que foi "investida" na sua educação superior, ou seja, é dado o investimento pelo governo, porém, o mesmo requer o valor que foi aplicado ao longo da graduação.

Já o PROUNI, concede bolsas parciais e integrais para estudantes de graduação nas faculdades privadas, ou seja, há uma transferência de parte do fundo público assim como concessão de isenções finais para essas instituições. Vale ressaltar ainda que o PROUNI se estabeleceu em total desacordo com a Constituição Federal de 1988, visto que no Art. 213 é enfatizado a comprovação da não obtenção de lucro no que se refere aos repasses dos recursos públicos à outras instituições. Contudo, tal programa possibilita justamente a transferência das verbas públicas às instituições privadas, tendo como finalidade a acumulação de capital (LEHER, 2019).

Diante disso, "um enorme mercado foi aberto ao setor privado, pois agora estudantes que não poderiam pagar pela 'mercadoria educação' podem ter o seu custo bancado total ou parcialmente pelas verbas públicas (LEHER, 2019, p.168). Essas iniciativas alavancaram o setor privado mercantil da educação promovendo a utilização e transferência de recursos do fundo público para a iniciativa privada. Com isso, comprometeram o financiamento do setor público das universidades e institutos federais, demarcando uma expansão da educação pública caracterizada pela precarização, massificação e mercantilização.

Vale ressaltar que esse processo acontece, de forma majoritária, através do EaD, um ensino aligeirado, sem garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão, formando apenas uma formação instrumentalizada de preparação da força de trabalho para o capital. O EaD é uma forma de ensino barata, desqualificada, sucateada, precarizada e excludente, tendo em vista que nem todos têm acesso aos sistemas de plataformas digitais. Dito isso,

constata-se que o Estado, tendo ideológica e operacionalmente dificuldade de apostar no investimento maciço na educação superior, tem buscado, via políticas focais de curto alcance - Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), garantias de alguma igualdade de condições de acesso, mas que não prevê em igualdade de condições de permanência e, em especial, de sucesso no mercado de trabalho (SGUISSARDI, 2015, p. 869).

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Essas iniciativas foram atravessadas por algumas contradições pois "a política educacional implementada possibilitou a criação, expansão e interiorização dos institutos federais por todo o Brasil; [...] e a criação de dezoito novas Universidades públicas" (PAULANI, 2016, p.72 apud SOARES, 2020, p. 87) nesse período dos governos do PT. Porém, essa expansão das instituições públicas foi marcada pela precarização e com um ritmo de crescimento bem inferior quando comparado ao número de instituições privadas do período, como podemos ver a seguir.

De acordo com dados disponibilizados no Censo da Educação Superior pelo INEP, podemos observar que em 2013 havia um total de 2.391Instituições de Ensino Superior (IES), sendo as 301 públicas divididas em 106 federais, 119 estaduais e 76 municipais, enquanto 2.090 eram instituições privadas. No ano seguinte, um total de 2.368 instituições onde 298 eram públicas, dividindo-se em 107 federais, 118 estaduais e 73 municipais, enquanto que 2.070 eram instituições privadas. Já em 2015, o total era de 2.361 instituições, sendo 295 públicas que se dividiam em 107 federais, 120 estaduais e 68 municipais, enquanto as instituições privadas chegavam a 2.069 IES.

A partir desses dados podemos perceber o predomínio das IES privadas, enquanto o número de IES públicas é bem inferior, evidenciando uma expansão da educação superior majoritariamente pela via do mercado, expressão da concepção que trata a educação como mercadoria. Esse processo é perceptível também quando se observa a localização das matrículas de graduação nas IES como mostra o gráfico a seguir:







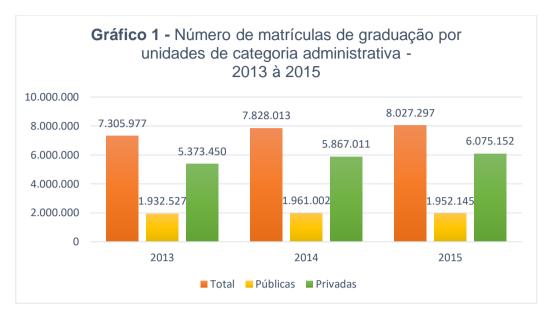








Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie



Fonte: INEP, Elaboração GEPOSS/UFT.

A partir desse gráfico, percebemos que o aumento do número de matrículas na graduação é significativo, contudo, é exorbitante o crescimento das matrículas nas instituições privadas em relação ao número das instituições públicas no mesmo período. Percebe-se também que, em 2015, houve uma queda nas matrículas da rede pública, enquanto na iniciativa privada houve um salto significativo de matrículas.

Nessa perspectiva, devemos considerar que nos governos do PT aconteceu um processo de expansão das instituições de ensino superior, divididas em Universidades, Faculdades, Centros Universitários, IFes e Cefets, mas, sobretudo, com uma expansão em direção ao favorecimento do setor privado, caracterizado pela mercantilização e privatização de um direito primordial: a educação pública e de qualidade, que passa a ser uma mercadoria cara, que nem todos conseguem ter acesso. Nesse sentido, as configurações e tendências da política de educação superior expressam um movimento mais amplo do capitalismo em tempos de neoliberalismo que reconfigura as políticas públicas e sociais que ficam entre a privatização e precarização:

o programa de privatização, longe de ser uma medida pontual e recorrente, é a expressão material do novo projeto do capital. Sob a defesa de transferência de atividades do setor público para o setor privado –lucrativo e não lucrativo, o que se está construindo é um modelo societário que tem por base a constituição de um determinado sujeito político: o "cidadão-

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza E Crise de Hegemonia

Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

consumidor", produto de uma sociedade que concebe a organização econômica e social valendo-se de um Estado mínimo e mercado máximo (MOTA, 1995, p.115 – grifos originais da autora).

Esse processo é consequência de uma reação teórica, política e ideológica do neoliberalismo, que prevê o favorecimento dos direitos no âmbito individual, do livre comércio e da propriedade privada, bem como dos interesses privado-mercantis. Nesse contexto, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado, funcionando em consonância com suas regras.

A expansão da política de educação superior nesse período requer um olhar mais profundo sobre essas contradições, uma vez que o perfil de estudantes sofre algumas alterações. Em espaços que antes apenas estudantes de classe média e alta frequentavam, agora recebe o "estudante-trabalhador", que além das demandas do trabalho e da vida cotidiana, preocupa-se também em conciliar com as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Isso requer a construção e defesa de uma política de assistência estudantil que garanta não apenas o acesso, mas, sobretudo, a permanência desses estudantes no ensino superior.

No que se refere as parcerias público-privadas nos governos do PT, temos as algumas iniciativas de financiamento privado de pesquisas nas universidades públicas, a cobrança de cursos de aperfeiçoamento ou de especializações em instituições públicas, etc. Esse processo evidencia "o comprometimento das universidades com dispositivos de poder do capital, em um contexto de aprofundamento do capitalismo dependente, reconfigura a função social da universidade" (LEHER, 2019, p. 190). Ou seja, as universidades assumem um lugar de produção de conhecimentos científicos para atender os interesses do mercado:

assume a função de organização voltada para fins particularistas e utilitaristas, subordinada aos dispositivos de poder do capital, não ciosa de sua autonomia e, cada vez mais frequentemente, a serviço da legitimação do que é ilegítimo, comprometendo a ética na produção do conhecimento (LEHER, 2019, p.191).

Percebe-se assim, que as universidades públicas têm assumido a função de suporte e apoio ao padrão de acumulação do capital, principalmente quando envolve

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

contratos do ramo do agronegócio, energia, petróleo e gás. Leher (2019) aponta ainda que a condição capitalista dependente do país repercute diretamente no lugar atribuído às universidades, isto é, suas funções passam a ser redefinidas, distanciando-se de sua função social de ensino, pesquisa e extensão, passando a atender apenas as demandas do mercado.

De acordo com Lima (2011), está em curso um intenso processo de contrarreforma do Estado e da educação superior no Brasil, balizado pelas políticas do BM e executadas pelos governos do PT. Assim sendo,

o que se evidencia, na primeira década do século 21, é a estruturação de um tipo de universidade adequada a atual etapa de acumulação do capital, particularmente em um país capitalista dependente como o Brasil. uma estruturação que transita da privatização direta, passando pelo novo modelo de gestão, introduzido pelo padrão gerencial e coroado com a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a mercantilização do conhecimento. Um processo que configurou a educação superior como um campo de exploração lucrativa para o capital em crise e aprofundou sua função política, econômica e ideo-cultural de reprodução da concepção burguesa de mundo (LIMA. 2011, p. 92).

Entretanto, todo esse processo pelo qual a política de educação superior vem passando se acentua no cenário do capitalismo contemporâneo atravessado pela crise do capital. De acordo com Sguissardi (2015), a transformação de um direito em mercadoria, se dá no interior de um Estado que se ajusta aos ditames do neoliberalismo, e, muito embora se apresente como sinônimo de interesses públicos, ou de uma suposta "democratização da educação", na verdade representa os interesses de quem detém o poder, os interesses privados.

Desse modo, percebemos que desde o início dos anos 2000, as políticas de educação superior implementadas pelos governos do PT, embora fossem voltadas para atender estudantes que almejavam ingressar no ensino superior, acabaram por beneficiar bem mais os representantes do capital, tendo como efeito a financeirização e precarização do ensino superior, consequentemente, ampliando suas taxas de lucro com:

a introdução da lógica empresarial na gestão universitária, com medidas burocratizantes e racionalizadoras, visava baratear o ensino superior para o Estado. Possibilitava, assim, atender a demanda da classe média por vagas















Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

e, ao mesmo tempo, contingenciar os recursos públicos destinados às universidades (CISLAGHI, 2019, p. 137).

Desse modo, o Estado é isento de arcar com os gastos obrigatórios voltados para educação superior, destinando os recursos públicos para o setor privado, retirando o seu papel de responsabilidade de execução de políticas públicas para atender as demandas da classe trabalhadora, enquanto o capital é valorizado pelo processo de mercantilização e privatização da educação superior. Esse movimento exige dos movimentos socias, sindicatos e demais coletivos, organização, reflexão e lutas coletivas em defesa da educação e universidade públicas, sobretudo com os novos desafios postos em tempos de governo Bolsonaro.

4 CONCLUSÃO

Com base no exposto, vimos que a educação superior, desde os anos de 1990, vem passando por alguns processos que podem ser sintetizados na mercantilização, privatização e precarização da educação através da massificação do ensino e com alta valorização do ensino privado, embora com algumas contradições assumidas nos governos do PT. Dessa forma, há uma necessidade de construir resistências coletivas em defesa da universidade pública e de qualidade.

Para além do acesso ao ensino superior, precisamos defender a implementação de políticas de assistência estudantil nas universidades e institutos federais, considerando as mudanças no perfil de estudantes com a interiorização e expansão dessas instituições nos governos do PT. Então, podemos dizer que esse período foi marcado por um processo de contrarreforma da educação superior (LIMA, 2011), orientado pelas diretrizes do neoliberalismo, mas, ao mesmo tempo, permeado por algumas contradições, como a criação de universidades e institutos federais, mas marcados pela precarização.

Portanto, é notável o crescimento exorbitante das instituições privadas e nãouniversitárias, assim como a massificação do ensino superior com o EaD sem garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto de neoliberalismo e















contrarreformas, a educação superior pública enfrenta desafios para a garantia do financiamento público, garantia da autonomia universitária, assistência estudantil, implementação do ensino, pesquisa e extensão nas universidades, etc. Esses desafios se complexificam durante o período pós-2016 e, principalmente, com o governo Bolsonaro, sendo necessário pesquisas e estudos sobre esse novo período. Por fim, o tempo presente requer a organização dos sujeitos coletivos que lutam pela educação pública.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios, **Educ. Soc. Campinas**,v.31, n.111, p. 481-500, abr- jun 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. **Ser Social**, p. 1-18, jan.-jun. 2019.

IANNI, Otávio, Globalização e Neoliberalismo, **São Paulo em Perspectiva**, 12(2) p. 27-32, 1998.

LEHER, Roberto, **Autoritarismo Contra a Universidade**: O desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação brasileira na primeira década do novo século, **Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

LIMA, Tatiane; CUNHA, Mauro. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 14, n. 28. Jun. 2020.

MOTA JUNIOR, William Pessoa. O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior Brasileira no Governo Lula da Silva (2003- 2010). **Avaliação**, Campinas, v.24, nº.1, p. 213-233, mar- mai, 2019.



















Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

MOTA, Ana Elizabete Simões. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: Um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez,1995.

PEREIRA, Maria Arleth. Impacto das Políticas Neoliberais na Educação Superior. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, nº 3, p. 71-89, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil, **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez, 2015.

SOARES, Raí Vieira. Expansão da Educação Superior no Governo Lula: Tendências e Contradições, **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, p. 1-10, n.6 – 2020.













